CRISE ÉTICA

Assessora lotada há mais de seis meses na primeira vice-presidência do Senado dá expediente mesmo na tesouraria do PT. Ao **Correio**, ela prometeu explicar-se, mas sumiu

Dois patrões para Silvania

MARCELO ROCHA
DA EQUIPE DO **CORREIO**

Numa amostra do nível de exigência ética e moral vigente atualmente na Casa, o Senado paga o salário de uma servidora lotada na primeira vice-presidência, ocupada por Tião Viana (PT-AC), para trabalhar no diretório nacional do PT. Nomeada para desempenhar as funções de assessora parlamentar no gabinete do petista, Silvania Gomes Temóteo bate o ponto diariamente na sede do partido, onde assessora o tesoureiro nacional da legenda, Paulo Ferreira. Tião disse ao **Correio** que acha isso perfeitamente normal.

Por telefone, a reportagem localizou a servidora ontem à tarde na sede do PT, instalada no Setor Comercial Sul (SCS). De início, Silvania desconversou: "Olha você pode ligar novamente amanhã. Eu não posso passar nenhuma informação nesse sentido, não". Depois, cedeu, mas pediu que fosse contatada mais tarde no telefone celular. Não atendeu as chamadas.

A nomeação da servidora é de fevereiro passado. A ela foi destinado o cargo de assistente parlamentar-1 (AP1), de acordo com o ato do diretor-geral da Casa de número 1.561, o mais alto dos oito níveis previstos para essa função. A remuneração bruta paga a quem ocupa o posto é de R$ 6.773,41 mensais, mais auxílio-alimentação de cerca de R$ 560,00.

Preenchidos sem a realização de concurso público, os cargos comissionados foram criados no Congresso Nacional para suprir uma deficiência de pessoal nas áreas administrativas e técnicas. No Senado, são 3,5 mil concursados e 2,8 mil comissionados.

Não tardou, porém, para os postos preenchidos livremente servirem aos parlamentares para acomodar apadrinhados políticos em gabinetes e lideranças partidárias. Houve casos de servidores lotados até mesmo em escritórios ligados aos congressistas em seus respectivos estados, a quilômetros de distância do posto onde deveriam dar expediente.

Acuada pela imprensa sobre o mesmo assunto, a Câmara aprovou em fevereiro passado uma resolução tentando moralizar um pouco o problema dos cargos em comissão — proibiu-se a lotação dos ocupantes nos gabinetes dos deputados e fora das dependências da Câmara. Cabe às lideranças partidárias e demais setores o controle de freqüência e avaliação do desempenho dos funcionários. O Senado, na época, acabou poupado e revestiu-se de silêncio.

ADG-1561-2007 (ATO DO DIRETOR-GERAL)
Origem DIGER - DIRETORIA-GERAL
Data da Norma 13/02/2007

ATO DO DIRETOR GERAL Nº 1561, de 2007

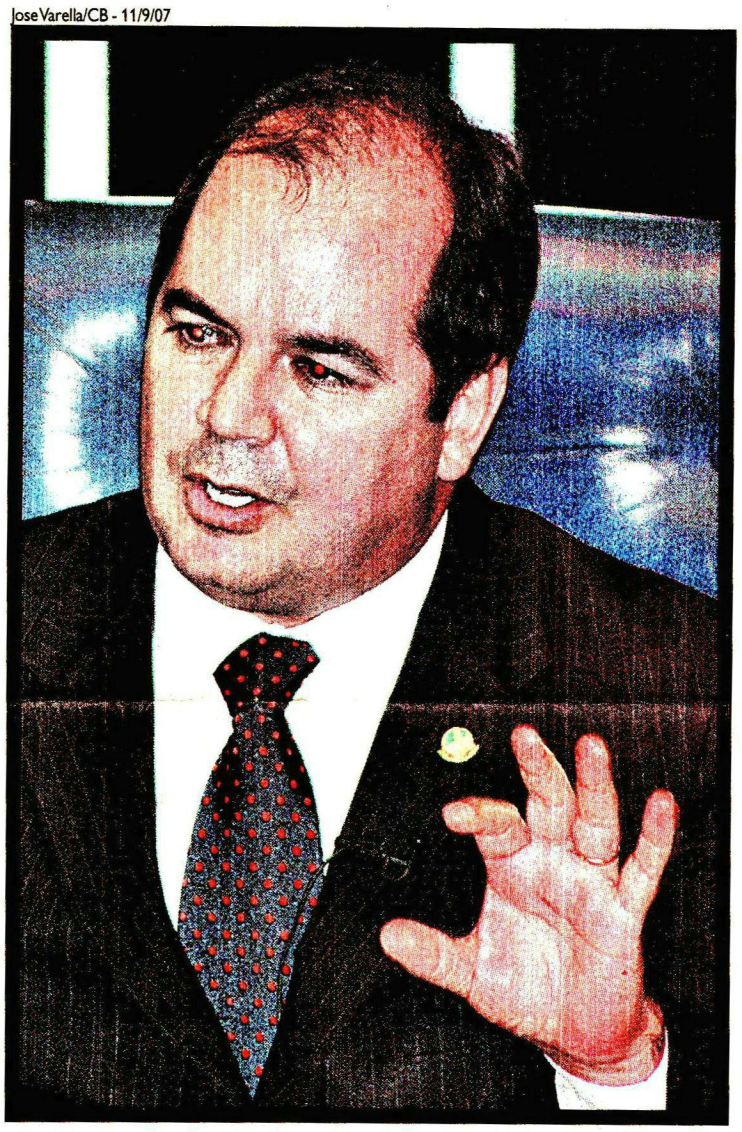
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e dos Processos nºs 002024/07-1 e 002679/07-8 , RESOLVE alterar o cargo, em comissão, da servidora **SILVANIA GOMES TEMOTEO**, matrícula nº 196578 , de Assistente Parlamentar, AP-2, para o de Assistente Parlamentar, AP-1, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, 13 de fevereiro de 2007. **José Alexandre Lima Gazineo**, Diretor-Geral Adjunto.

Publicado no BAP 3667, de 14/02/2007

ATO DE NOMEAÇÃO DE SILVANIA GOMES TEMÓTEO, DE FEVEREIRO PASSADO: SALÁRIO DE R$ 6,7 MIL PARA QUE ELA "COOPERE" NA TESOURARIA PETISTA

Jose Varella/CB - 11/9/07



TIÃO VIANA: FUNCIONÁRIA DO PT É PAGA PELO SENADO. ELE ACHA NORMAL

Farra no tapete azul

Procurado pelo **Correio**, o primeiro vice-presidente do Senado argumentou que não considera "desvio de função" ou "infração" o fato de Silvania trabalhar para o PT. Pelo contrário. "É absolutamente normal em qualquer legenda do Brasil, do PSol ao PMN, existir uma cooperação", sustentou Tião Viana, negando que por trás da iniciativa exista interesse em transferir recursos públicos para o PT (**veja entrevista ao lado**). Receptor da funcionária gratuita vinda do Senado, o tesoureiro do PT, Paulo Ferreira, não foi localizado. A informação é de que estaria viajando.

Na edição de ontem, o **Correio** denunciou a superestrutura de gabinetes ligada a lideranças partidárias e a blocos parlamentares no Senado. Contrariando o que prevê o Regimento — segundo o qual as coligações prevalecem sobre o partidos, que ficam sem as atribuições e prerrogativas —, funcionam hoje na Casa gabinetes dos partidos que se sobrepõem aos das coligações. Uma das conseqüências é o aumento das despesas do Parlamento com salários dos ocupantes de cargos comissionados. Somente com as funções de confiança o custo anual é de R$ R$ 10 milhões.

ENTREVISTA//
TIÃO VIANA (PT-AC)

Tudo pela "interface"

Uma servidora do seu gabinete trabalha para o PT?
É absolutamente normal em qualquer legenda do Brasil, do Psol ao PMN, existir uma cooperação entre o partido e o mandato. O mandato é do partido. Então, quando o PT tem a Silvania como um bom quadro, treinada muitos anos na vida partidária, na área de organização do partido, e o partido precisa que ela preste uma colaboração lá e o meu mandato precisa que ela participe da organização do partido, do debate dos temas de interesse nacional que o partido trava, e ela possa me dar o retorno, isso é absolutamente correto, no meu interesse, no interesse do partido. Todos (partidos) fazem essa relação de que os servidores (assessores parlamentares) colaborem, com ou sem salário, para o partido; como os partidos colaborem com os mandatos, com ou sem salário.

Que tipo de atividade ela exerce?
Ela conversa, ela informa como estão as discussões, o que é do interesse... Se eu preciso de um apoio do partido, tipo assim: "Eu preciso de um debate sobre Angra III", aí partido manda o que ele tem, usa todos os seus assessores e me atende. O partido, no caso, está precisando de uma colaboração que eu possa valorizar uma servidora que faça a interface entre o meu mandato e a organização partidária, eu também faço.

Mas ela trabalha atualmente na tesouraria do PT. Não é desvio de função?
É porque no momento eles estão precisando, mas ela é preparada para atuar em qualquer área. E ela participa do grande debate do partido. O que posso te assegurar é que não tenho nenhum vínculo com a área financeira do PT. Ela não tem nada além do que um trabalho de organização partidária. Não vejo desvio de função, infração, algo que não seja da normalidade da relação partidário-política no parlamento brasileiro.

Mas o salário é bancado pelo Senado?
Eu devo ter pelo menos umas 10 vagas no gabinete que nunca preencho, num gesto de respeito com o interesse público, com austeridade. Isso pode remontar, seguramente, remontar mais de R$ 20 mil que eu economizo em não preenchendo. Portanto, se houvesse qualquer intenção de transferir recursos para o partido através de uma função, eu usaria um expediente desses (com as demais vagas), o que não é o caso dela.